



BNP PARIBAS

O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.
CNPJ: 01.522.368/0001-82

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco") com os respectivos Relatórios da Administração, dos Auditores Independentes e do seu Comitê de Auditoria, relativos ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

Negócios
As operações do Banco concentraram-se na oferta de soluções às necessidades dos clientes corporativos e institucionais por meio da sua plataforma de CiB (Corporate & Institutional Banking) colocando, para tanto, à disposição a estrutura do Grupo BNP Paribas no Brasil e no exterior. O Banco mantém sua participação no capital da BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda., uma das maiores gestoras de recursos de terceiros do país. Além disso, o Banco Central do Brasil aprovou, em 1 de agosto de 2023, a incorporação do Banco Cetelem S.A. pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A. com todos seus ativos e obrigações, sendo que a partir desta data, o Banco passou a atender também as atividades relacionadas a financiamentos para pessoas físicas (varejo) e demais contratos firmados com o Banco Cetelem S.A.

Gestão de Pessoas
O Banco mantém programas de desenvolvimento profissionais tais como: auxílio para aprendizado de idiomas e reembolsos educacionais; programas de formação de liderança; Graduates (programa de treínas para recém-formados); vagas afirmativas de estágio para estudantes pretos e pardos;

e, patrocínio do Dn'A Women, programa inovador e que completou sua quinta edição em 2023, de formação de mulheres para o mercado financeiro em conjunto com outros bancos internacionais. O Banco também lançou a Cartilha de Diversidade, Equidade & Inclusão como parte da sua missão de atuar ativamente na construção de um ambiente cada vez mais diverso e inclusivo. Pelo terceiro ano consecutivo, o BNP Paribas recebeu o selo Top Employer emitido pelo Top Employer Institute.

Desempenho Econômico-Financeiro
O Banco atua no Brasil com uma plataforma diversificada de produtos e serviços voltada ao atendimento de clientes corporativos e institucionais. Esse modelo diversificado e capacidade de execução permitiu ao Banco apoiar sua base de clientes com a contínua oferta de crédito, a prestação de serviços especializados, como cash management, administração de recursos de terceiros e custódia, advisory em fusões e aquisições, apoio ao comércio exterior, acesso a mercados internacionais, produtos de tesouraria e gestão de riscos. O Banco BNP Paribas Brasil S.A. encerrou o exercício de 2023 com lucro líquido de R\$59 milhões de reais versus R\$264 milhões no exercício de 2022, redução causada primordialmente pelos efeitos da incorporação do Banco Cetelem, em 1 de agosto de 2023. A posição de capital do banco permanece sólida frente aos riscos da instituição, enquanto suas linhas de negócio seguem firmemente o plano estratégico de crescimento no país.

Transações ESG Compromissos Socioambientais
O Grupo BNP Paribas, globalmente e no Brasil, reafirma seu compromisso público com os

direitos humanos e com o meio ambiente e se destaca por uma atuação forte e pioneira em financiamento sustentável. Em 2023 fomos reconhecidos, em conjunto com outras entidades legais do Grupo BNP Paribas na América Latina, pelo segundo ano consecutivo como o melhor banco da América Latina para finanças sustentáveis pelo Euromoney Awards for Excellence. A Euromoney reconheceu os compromissos sociais do BNP Paribas, com a redução gradual das operações de financiamento à exploração de petróleo e gás na Amazônia, ao mesmo tempo em que reforçou suas diretrizes em relação à proteção das florestas e a biodiversidade da região amazônica. Destaca-se também que o Banco atuou em inúmeras transações relacionadas ao financiamento sustentável, alinhado com a decisão do Grupo BNP Paribas de promover a transição para uma economia de baixo carbono.

Ouidoria
Os atendimentos feitos pela Ouvidoria de Clientes foram todos resolvidos dentro do prazo regulatório. O Banco BNP Paribas Brasil S.A., por meio de sua Diretoria, agradece aos seus clientes e colaboradores pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram ao Banco alcançar os resultados apresentados em suas demonstrações financeiras relativos ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTAS	31.12.2023	31.12.2022
Circulante e Não Circulante		94.404.312	75.633.211
Caixa e equivalentes de caixa		4.752.869	4.825.845
Disponibilidades		362.583	288.458
Aplicações no mercado aberto	(4)	3.480.755	4.450.734
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(4)	-	86.653
Aplicações em moedas estrangeiras	(4)	909.531	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4)	318.722	5.872.615
Aplicações em depósitos interfinanceiros		313.641	5.781.267
Aplicações em moedas estrangeiras		5.081	91.348
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	31.125.547	27.287.724
Carteira própria		12.993.051	11.216.698
Vinculados a compromissos de recompra		1.445.564	1.479.492
Vinculados à prestação de garantias	(5.2.3)	1.414.434	1.776.933
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		2.288.720	2.399.643
Instrumentos financeiros derivativos		12.983.778	10.414.958
Relações interfinanceiras		4.185	6.712
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		3.825	6.712
Correspondentes		360	-
Operações de crédito		6.105.114	2.717.824
Sector privado	(6.1)	6.507.015	2.745.099
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(401.901)	(27.275)
Outros créditos		52.015.944	34.914.951
Carteira de câmbio	(7.1)	48.602.972	31.607.109
Rendas a receber		60.798	57.555
Negociação e intermediação de valores		34.919	43.083
Títulos e créditos a receber	(6.1)	903.422	1.639.068
Ativos fiscais correntes e diferidos	(7.2)	1.281.489	763.882
Diversos	(7.3)	1.161.674	922.603
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(29.330)	(118.349)
Outros valores e bens		81.931	7.540
Despesas antecipadas		81.931	7.540
Permanente		227.862	80.757
Investimentos		164.631	31.950
Participação em controladas no país	(8)	164.363	31.579
Outros investimentos		268	371
Imobilizado de uso		37.585	35.825
Outras imobilizações de uso		137.331	76.982
Depreciação acumulada		(99.746)	(41.157)
Intangível		25.646	12.982
Ativos intangíveis		120.687	36.527
Amortização acumulada		(95.041)	(23.545)
TOTAL DO ATIVO		94.632.174	75.713.968

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

PASSIVO	NOTAS	31.12.2023	31.12.2022
Circulante e Não Circulante		90.639.227	72.322.196
Depósitos	(9)	11.003.030	9.537.825
Depósitos à vista		966.268	897.134
Depósitos interfinanceiros		6.531.971	1.355.058
Depósitos a prazo		8.300.659	7.039.305
Depósitos em moeda estrangeira		204.132	246.328
Captações no mercado aberto	(10)	5.554.242	6.529.961
Carteira própria		1.396.691	1.482.729
Carteira de terceiros		1.899.409	2.684.622
Carteira de livre movimentação		2.258.142	2.362.610
Recursos de aceites e emissão de títulos	(11)	1.306.029	3.097.811
Obrigações por emissão de letras financeiras		796.288	2.252.307
Obrigações por emissão de crédito de agronegócio		-	8.068
Captações por certificado de operações estruturadas		509.741	837.436
Relações interfinanceiras		6.179	-
Recebimentos e pagamentos a liquidar		6.179	-
Relações interdependências		101.095	144.894
Recursos em trânsito de terceiros		101.095	144.894
Obrigações por empréstimos e repasses	(12)	10.303.562	10.098.482
Empréstimos no exterior		7.261.740	6.899.224
Repasses do país		1.033.854	1.298.997
Repasses do exterior		2.937.968	3.069.261
Instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	12.734.346	10.273.972
Instrumentos financeiros derivativos		12.734.346	10.273.972
Outras obrigações		49.630.744	32.639.251
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		10.524	3.933
Carteira de câmbio	(7.1)	45.448.824	29.175.594
Sociais e estatutárias		19.548	24.477
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(13.1)	299.854	251.448
Negociação e intermediação de valores		20.305	10.285
Provisão para passivos contingentes	(13.3)	946.687	648.055
Provisão para garantias financeiras prestadas	(21.1)	64.696	61.831
Dívida subordinada	(13.2)	1.975.184	2.051.822
Diversas	(13.4)	845.122	411.806
Patrimônio líquido	(14)	3.992.947	3.391.772
Capital social		2.755.679	1.754.066
De domiciliados no país		1.001.088	75
De domiciliados no exterior		1.754.591	1.754.591
Reservas de lucros		1.148.297	1.743.623
Ajuste de avaliação patrimonial		88.971	(106.457)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		94.632.174	75.713.968

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	NOTAS	01.07 a 31.12.2023	01.01 a 31.12.2023	01.01 a 31.12.2022
Receitas da intermediação financeira		2.206.771	3.723.289	2.667.708
Operações de crédito		515.358	637.024	419.559
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		1.558.798	3.956.844	4.082.202
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(81.098)	(1.451.013)	(1.045.513)
Resultado de operações de câmbio		134.991	386.744	664.810
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		78.722	193.690	176.270
Despesas da intermediação financeira		(1.747.884)	(2.936.868)	(2.032.075)
Operações de captação no mercado		(1.193.847)	(2.202.475)	(2.054.706)
Operações de empréstimos e repasses (Provisão)/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(580.409)	(764.628)	117.697
		26.372	30.235	(95.066)
Resultado bruto da intermediação financeira		458.887	786.421	635.633
Outras receitas (despesas) operacionais		(460.081)	(587.785)	(145.485)
Receitas de prestação de serviços	(15)	215.716	417.513	541.638
Despesas de pessoal		(256.872)	(456.899)	(388.919)
Resultado de participações em controladas	(8)	3.629	3.826	3.146
Outras despesas administrativas	(16)	(258.218)	(370.107)	(208.808)
Despesas tributárias	(17)	(38.344)	(73.805)	(72.825)
Resultado de outras provisões	(18)	(46.806)	(70.821)	(61.770)
Outras receitas operacionais	(19.1)	125.320	173.294	52.664
Outras despesas operacionais	(19.2)	(204.506)	(210.786)	(10.611)
Resultado operacional		(1.194)	198.636	490.148
Resultado não operacional		175	(88)	(604)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(1.019)	198.548	489.544
Imposto de renda e contribuição social	(20)	75.812	58.705	(23.418)
Provisão para imposto de renda		2.087	2.087	(40.840)
Provisão para contribuição social		1.623	1.623	(29.598)
Ativo fiscal diferido		71.902	51.795	47.023
Participações no lucro		(122.941)	(195.423)	(202.134)
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre/exercícios		(48.148)	58.830	263.995
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação - em R\$		(155,54)	190,04	1.116,58

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	01.07 a 31.12.2023	01.01 a 31.12.2023	01.01 a 31.12.2022
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre/exercícios	(48.148)	58.830	263.995
Ativos financeiros disponíveis para venda:	60.164	195.428	29.301
Variação de valor justo	140.966	438.416	89.378
(Perdas) transferidos ao resultado por alienação	(31.577)	(83.092)	(36.104)
Efeito fiscal	(49.225)	(159.896)	(23.973)
Outros resultados abrangentes do semestre/exercícios	60.164	195.428	29.301
Total do resultado abrangente	12.016	254.258	293.296

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

	01.07 a 31.12.2023	01.01 a 31.12.2023	01.01 a 31.12.2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado	22.024	194.019	(94.358)
Lucro líquido/(Prejuízo)	(48.148)	58.830	263.995
Depreciações e amortizações	13.137	18.087	11.082
Resultado de participações em controladas	(3.529)	(3.826)	(3.146)
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	47.638	20.106	(424.143)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26.372)	(30.235)	95.066
Provisão/(Reversão) para garantias e fianças prestadas	2.847	2.865	11.609
Provisão para riscos fiscais, civis, trabalhistas, atualização monetária de depósitos judiciais e impostos e contribuições a compensar	18.058	11.213	2.212
Tributos diferidos	(71.902)	(51.795)	(47.023)
Provisão/(Reversão) para Reestruturação de Negócio	19.428	19.428	-
Participações nos lucros e bônus	122.941	195.423	202.134
Provisão/(Reversão) Outros	97.218	108.294	49.514
Receita de prestação de serviços não recebidos	(137.609)	(142.743)	(234.354)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.941	2.941	(13.200)
Diversos	(14.524)	(14.569)	(8.104)
Variação de ativos e obrigações	(2.143.325)	(319.009)	1.808.602
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	5.233.097	5.774.108	84.335
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	(1.340.302)	(1.079.574)	413.136
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	6.372	8.706	10.366
(Aumento) Redução em relações interdependências	(28.881)	(43.799)	(196.695)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(3.760.255)	(3.434.071)	1.103.793
(Aumento) Redução em outros créditos	17.121.245	(13.176.376)	266.476
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(73.156)	(74.391)	412
Aumento (Redução) em depósitos	(474.065)	1.461.771	(183.053)
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	(1.231.296)	(975.719)	(324.421)
Aumento (Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(441.041)	(1.889.349)	159.508
Aumento (Redução) em sociais e estatutárias - PLR	(3.634)	(9.885)	1.242
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(111.442)	202.720	(26.334)
Aumento (Redução) em outras obrigações	(17.039.967)	12.916.850	499.837
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.121.301)	(124.990)	1.714.244
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(Aquisição) Alienação de investimentos	(132.043)	(132.001)	5
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	(11.693)	(12.115)	(10.369)
(Aquisição) Alienação de intangível	(18.936)	(20.396)	(2.992)
Dividendos recebidos	-	3.146	3.330
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(162.672)	(161.366)	(10.026)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(148.372)		



BNP PARIBAS

O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.
CNPJ: 01.522.368/0001-82

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

h) Investimentos
Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, e os outros títulos patrimoniais são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perda.

i) Imobilizado de Uso
O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

j) Ativo Intangível
O ativo intangível é registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato de locação, no caso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

k) Redução ao Valor Recuperável
A redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros - "impairment" - é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos financeiros e não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

m) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias foram efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro crédito.
- Contingências Passivas - são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas Demonstrações Financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente. Embora a Carta Circular Baocen nº 3.429 de 11.02.2010 tenha sido revogada pela IN nº 319 de 04.11.2022, o procedimento foi mantido, tendo em vista não haver fato novo atrelado aos processos cujos montantes já haviam sido registrados.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. Detalhamento dos Passivos Contingentes estão apresentados na nota nº 13.3.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social à alíquota de 20%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos tributários diferidos foram constituídos considerando a alíquota consolidada de 45% sobre os créditos tributários. Para o exercício de 2022, a Medida Provisória nº 1.115 de 2022, convertida na Lei nº 14.446 de 2022, majorou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido de 20% para 21% (de agosto a dezembro de 2022) e retornou para 20% a partir de 1º de janeiro de 2023.

o) Garantias Prestadas a Terceiros
As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros estão registradas em contas de compensação.

p) Resultado Recorrente e não Recorrente
Resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados estão apresentados na nota nº 19.3 - Resultado Não Recorrente.

q) Implementação da Resolução CMN nº 4.966/21
O plano para implementação da Resolução CMN nº 4.966 de 25 de novembro de 2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção, foi aprovado pela Diretoria em 5 de dezembro de 2022, e a revisão do plano de cronograma de implementação foi aprovado em 9 de janeiro de 2024.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Abaixo segue a composição de Aplicações interfinanceiras de liquidez em 31 de dezembro de 2023:

Descrição	31.12.2023			31.12.2022		
	0-30	31-180	181-360	Total	Total	Total
Posição Bancada	1.578.318	-	-	1.578.318	1.766.111	1.766.111
Posição Financiada	1.902.437	-	-	1.902.437	2.684.623	2.684.623
Aplicações em depósitos interfinanceiros (*)	-	14.074	299.567	313.641	5.867.920	5.867.920
Aplicações em moedas estrangeiras	909.531	5.081	-	914.612	91.348	91.348
Total	4.390.286	19.155	299.567	4.709.008	10.410.002	10.410.002
Curto prazo	6.898.375	-	-	6.898.375	4.709.008	4.709.008
Longo prazo	-	-	-	-	3.511.627	3.511.627

(*) Redução devido a incorporação do Banco Cetelem S.A.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

5.1 Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento:

Descrição	31.12.2023						31.12.2022			
	Ajuste a mercado			Por Vencimento			Acima de 360	Valor de mercado		
	Valor de custo/ contrato	Patrimônio líquido	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360				
Títulos para negociação										
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100.183	104	-	100.287	-	24.257	1.855	74.175	107.075	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.363.688	3.161	-	3.366.849	-	209.405	73.239	1.140.160	1.944.045	3.231.529
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.664.071	8.325	-	1.672.396	-	-	38.704	1.633.692	1.030.836	
Cotas de Fundo de Investimento (*)	5.143.124	466	-	5.143.590	5.143.590	-	-	-	4.167.625	
Total	10.271.066	12.056	-	10.283.122	5.143.590	209.405	97.496	1.180.719	3.651.912	8.537.065
Títulos disponíveis para venda										
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	758	
Letras do Tesouro Nacional - LTN (**)	3.651.743	3.953	102.066	3.757.762	-	49.978	-	3.707.784	2.417.099	
Notas do Tesouro Nacional - NTN (**)	1.465.410	4.428	34.051	1.503.889	-	-	1.202	1.500.787	2.023.723	
Debêntures (**)	1.021.614	14.524	25.911	1.051.049	-	-	3.102	1.051.049	1.647.431	
Nota Soberana (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.016.075	
Ações em Companhia Fechada	2.128	374	2.502	2.502	-	-	-	-	2.812	
Cota FILCB	46.713	-	46.713	46.713	-	-	-	-	41.251	
Cédula do Produtor Rural (CPR)	30.307	(274)	30.033	-	-	-	-	30.033	-	
Nota Promissória	1.267.062	(363)	1.266.699	-	-	1.266.699	-	-	1.186.552	
Subtotal de títulos do ativo	17.945.043	34.961	161.765	18.141.769	5.192.805	259.383	97.496	2.450.520	10.141.565	16.872.766
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo										
Operações de opções	143.223	(27.186)	-	116.037	-	1.673	36.116	69.555	8.693	148.234
Operações a termo	9.220.049	(761.724)	-	8.458.325	-	6.605.199	625.218	710.319	517.589	6.386.025
Operações de "swap"	3.607.541	801.875	-	4.409.416	-	793.861	669.841	317.853	2.627.861	3.880.699
Total	12.970.813	12.865	-	12.983.778	-	7.400.733	1.331.176	1.097.727	3.154.143	10.414.958
TOTAL DO ATIVO	30.915.856	47.926	161.765	31.125.547	5.192.805	7.660.116	1.428.671	3.548.247	13.295.708	27.287.724
Curto prazo	21.481.751	-	-	21.481.751	-	-	-	-	16.665.483	16.665.483
Longo prazo	9.643.796	-	-	9.643.796	-	-	-	-	10.622.241	10.622.241
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo										
Operações de opções	309.355	(111.307)	-	198.048	-	2.292	39.173	82.281	74.302	215.420
Operações a termo	9.286.278	(764.083)	-	8.522.195	-	6.607.480	687.286	709.895	517.534	6.399.368
Operações de "swap"	3.207.443	806.660	-	4.014.103	-	960.614	699.287	372.816	1.981.386	3.659.184
Total	12.803.076	(68.730)	-	12.734.346	-	7.570.386	1.425.746	1.164.992	2.573.222	10.273.972
Curto prazo	10.161.124	-	-	10.161.124	-	-	-	-	6.521.458	6.521.458
Longo prazo	2.573.222	-	-	2.573.222	-	-	-	-	3.752.514	3.752.514

(*) Para informações sobre o Fundo de Investimento vide nota 5.3.

(**) Os ajustes a mercado no resultado dos instrumentos classificados como disponíveis para venda foram objetos de "Hedge" de "Risco de Mercado" vide nota 5.2.4.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.

5.2 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de "swap", termos, opções e futuros, registradas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

A contabilização é realizada como segue:

- Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

- Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como "Black & Scholes", usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

- Operações de futuros - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se as taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

5.2.1 Composição do valor nominal dos derivativos por contraparte:

Descrição	B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)				Valor nominal 31.12.2023	Valor nominal 31.12.2022
	SISTEMA CETIP		SISTEMA BM&FBOVESPA			
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais		
Valor nominal por contraparte						
Operações com opções	2.653	4.038.810	227.505	4.103.241	8.372.209	9.740.903
Comprada	-	1.986.488	87.818	2.028.732	-	4.729.460
Vendida	2.653	2.052.322	139.687	2.074.509	-	5.011.443
Operações com "swap"	-	19.668.937	50.527.741	72.112.092	1.459.193	143.767.963
"Swap"	-	19.668.937	50.527.741	72.112.092	1.459.193	143.767.963
Operações com futuros	-	-	-	-	52.239.583	35.392.404
Comprada	-	-	-	-	39.160.011	17.401.646
Vendida	-	-	-	-	13.079.572	17.990.758
Operações a termo	-	32.177.108	1.082.179	45.526.439	-	78.785.726
Comprada	-	15.070.008	541.036	22.712.018	-	26.164.755
Vendida	-	17.107.100	541.143	22.814.421	-	26.996.967
Total	-	-	-	-	283.165.481	202.028.812

5.2.2 Composição do valor nominal dos derivativos por indexador:

Composição por indexador	Valor a receber		Valor a pagar		Valor nominal	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Operações com Opções	116.037	198.048	8.372.209	9.740.903	8.372.209	9.740.903
Compra de opção de:						
Compra de Dólar	116.037	-	4.103.038	4.729.460	4.103.038	4.729.460
Venda de Dólar	31.115	-	2.276.454	2.552.148	2.276.454	2.552.148
Venda de Dólar	84.922	-	1.826.584	2.177.312	1.826.584	2.177.312
Venda de opção de:	198.048	4.269.171	4.269.171	5.011.443	4.269.171	5.011.443
Compra de Dólar	-	31.115	2.276.454	2.552.149	2.276.454	2.552.149
Compra de Ações	-	81.677	165.955	281.982	165.955	281.982
Venda de Dólar	-	84.922	1.826.584	2.177.312	1.826.584	2.177.312
Venda de Ações	-	294	178	-	178	-
Operações com "Swap"	4.409.416	4.014.103	143.767.963	104.033.783	143.767.963	104.033.783
Ações x DI	1.338	160.282	574.125	999.201	574.125	999.201
Ações x PRE	264.568	13.112	2.213.068	3.291.175	2.213.068	3.291.175
Cupom de Dólar x Cupom de Dólar	51.479	51.479	4.948.310	7.912.829	4.948.310	7.912.829
Cupom de Dólar x Cupom de Euro	-	-	2.827	109.154	-	-
Cupom de Dólar x Cupom de IENE	85.395	-	995.891	-	995.891	-
Cupom de Dólar x DI	45.520	1.339.686	17.477.414	18.492.462	17.477.414	18.492.462
Cupom de Dólar x Índice de Preço	-	-	7.551	450.000	-	-
Cupom de Dólar x LIBOR	-	-	22.126	439.833	-	-
Cupom de Dólar x PRE	-	-	571.080	2.243.534	-	-

Composição por indexador	Valor a receber		Valor a pagar		Valor nominal	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Cupom de Euro x DI	1.877	287.391	-	-	4.668.151	2.793.829
Cupom de IENE x Cupom de Dólar	-	-	23.270	495.804	-	-
Cupom de IENE x DI	-	-	132.620	619.744	-	-



BNP PARIBAS

O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.
CNPJ: 01.522.368/0001-82

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os exercícios fechados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

7.2 Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos fiscais correntes e diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	Em quantidade de dias				
	Saldo em 31.12.2022	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2023	Saldo em 31.12.2022
Imposto de renda					
<i>Diferenças temporárias:</i>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	46.026	213.607	(111.198)	148.435	46.026
Ajuste de Spot x Plax (B3)	25.490	-	(21.434)	4.056	25.490
Provisão para riscos fiscais	-	-	-	-	-
Provisão títulos disponíveis para venda	48.390	-	(48.390)	-	48.390
Derivativos - Ajustes futuros	30.918	-	(16.754)	14.164	30.918
Provisão para outros passivos	132.877	15.741	-	148.618	132.877
passivos contingentes	29.136	65.215	(6.298)	88.053	29.136
Provisão de avais e fianças	15.459	6.012	(5.297)	16.174	15.459
Provisão para outros passivos	63.105	71.281	(62.814)	71.572	63.105
Provisões diversas	15.862	70.824	(16.055)	70.631	15.862
Prejuízo fiscal	834	102.258	-	103.092	834
Total	408.097	544.938	(288.240)	664.795	408.097
Contribuição social					
<i>Diferenças temporárias:</i>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	36.821	170.885	(88.958)	118.748	36.821
Ajuste de Spot x Plax (B3)	20.392	-	(17.147)	3.245	20.392
Provisão títulos disponíveis para venda	38.712	-	(38.712)	-	38.712
Derivativos - Ajustes futuros	24.734	-	(13.403)	11.331	24.734
Provisão para outros passivos	106.301	12.593	-	118.894	106.301
Provisão para riscos fiscais	-	-	-	-	-
passivos contingentes	23.309	52.172	(5.038)	70.443	23.309
Provisão de avais e fianças	12.366	4.811	(4.238)	12.939	12.366
Provisão para outros passivos	50.485	57.025	(50.252)	57.258	50.485
Provisões diversas	12.690	56.559	(12.844)	56.505	12.690
Base negativa	-	81.806	-	81.806	-
Total	325.810	435.951	(230.592)	531.169	325.810

Impostos e contribuições a compensar

IRPJ e CSLL - antecipação	-	9.122	-	9.122	-
Demais impostos a compensar	29.975	64.225	(17.797)	76.403	29.975
Total	29.975	73.347	(17.797)	85.625	29.975

Em virtude da incorporação em 1º de agosto de 2023 do Banco Cetelem S.A. houve um acréscimo no ativo diferido de IRPJ e CSLL no valor de R\$223.397 e R\$178.178, respectivamente. A Administração, com base nas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

A expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2023 é:

Projeção	2024	2025	2026	2027	2028	de 2029 até 2033	Total
Créditos tributários	565.314	205.987	97.249	106.615	76.962	143.837	1.195.964
Saldo em 31.12.2022	-	-	-	-	-	-	733.907

O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2023, é estimado em R\$836.763 (R\$533.272 em 12/2022), utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

Com base na Resolução CMN nº 4.818 e Resolução BCB nº 02, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

7.3 Diversos

Apresentamos abaixo a composição de devedores diversos:

Descrição	31.12.2023	31.12.2022
Devedores diversos - Exterior	138.029	225.507
Devedores diversos - País	54.730	9.550
Adiantamentos diversos	2.987	1.033
Devedores por depósitos em garantia	855.670	686.513
Prêmio ou desconto em operações de venda	72.595	-
Outros	37.663	-
Total	1.611.674	922.603
Curto prazo	304.034	232.742
Longo prazo	857.640	689.861

8. INVESTIMENTO EM CONTROLADAS NO PAÍS

Apresentamos abaixo a composição dos investimentos em controladas no país:

BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	31.12.2023	31.12.2022
Patrimônio Líquido	42.571	42.457
Resultado do período	4.345	4.231
Participação no capital	74.38%	74,38%
Resultado da participação em controlada	3.232	3.146
Valor contábil do investimento	31.664	31.579
BGN Mercantil e Serviços Ltda. (*)		
Patrimônio Líquido	132.699	-
Resultado do período	594	-
Participação no capital	100,00%	-
Resultado da participação em controlada	594	-
Valor contábil do investimento	132.899	31.579
Total	164.363	31.579

(*) Participação adquirida com a incorporação do Banco Cetelem S.A.

9. DEPÓSITOS

Apresentamos abaixo a captação em depósitos por vencimento:

Descrição	Em quantidade de dias				
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360
Depósito à vista	966.268	-	-	-	966.268
Depósito interfinanceiro	-	8.979	623.934	899.058	1.531.971
Depósito a prazo	-	274.780	3.090.193	4.171.973	763.713
Depósito em moeda estrangeira	-	-	1.863	1.035	201.234
Total	966.268	283.759	3.715.990	5.072.066	964.947

10. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Apresentamos abaixo as captações no mercado aberto por data de retorno:

Descrição	Em quantidade de dias			
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360
Carteira própria	1.053.708	342.983	1.396.691	1.482.729
Títulos públicos	424.886	-	424.886	50.697
Debêntures	628.822	342.983	971.805	1.432.032
Carteira de terceiros (*)	1.899.409	-	1.899.409	2.684.622
Carteira de livre movimentação (*)	1.357.709	900.433	2.258.142	2.362.610
Curto prazo	5.554.242	6.529.961	5.554.242	6.529.961

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Apresentamos abaixo a captação em recursos de aceites e emissão de títulos por vencimento:

Descrição	Em quantidade de dias				
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360
Depósito à vista	966.268	-	-	-	966.268
Depósito interfinanceiro	-	8.979	623.934	899.058	1.531.971
Depósito a prazo	-	274.780	3.090.193	4.171.973	763.713
Depósito em moeda estrangeira	-	-	1.863	1.035	201.234
Total	966.268	283.759	3.715.990	5.072.066	964.947

12. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

O Banco administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$134.939.983 (R\$128.589.534 em 12/2022).

21.3 Operações vinculadas

As operações de crédito amparadas pela Resolução CMN nº 2.921/02 e normas posteriores estavam representadas.

Descrição	Receita (despesa)			
	Ativo	Passivo	Varição cambial	Juros
Operação de crédito - Empréstimo	2.860.646	-	-	366.831
Empréstimos no exterior	-	2.860.646	(24.451)	85.560

21.4 Transações com partes relacionadas

21.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco é administrado por uma Diretoria formada por um Diretor-Presidente e Diretores. A remuneração atribuída à Diretoria no exercício representa benefícios de curto prazo de R\$27.601 (R\$28.292 em 12/2022) e benefícios de longo prazo de R\$3.496 (R\$4.388 em 12/2022). Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou remuneração em ações.

21.4.2 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a Resolução CMN nº 4.818/2020 e CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo BNP Paribas estão demonstradas, conforme quadro abaixo:

Descrição	31.12.2023				31.12.2022			
	Ativo/(Passivo)	Receita/(Despesa)	Ativo/(Passivo)	Receita/(Despesa)	Ativo/(Passivo)	Receita/(Despesa)	Ativo/(Passivo)	Receita/(Despesa)
Aplicação/Captação em Depósitos interfinanceiros								
Grupo Cetelem	-	574.571	5.597.832	387.113	-	574.571	5.597.832	387.113
Aplicações em moedas estrangeiras								
BNP Paribas - Paris	913.983	13.097	91.128	26.080	913.983	13.097	91.128	26.080
Grupo BNP Paribas	629	(6)	220	12	629	(6)	220	12
Aplicações/Obrigações em operações compromissadas								
Grupo BNP Paribas	(2.873.425)	316.402	(3.303.416)	(466.400)	(2.873.425)	316.402	(3.303.416)	(466.400)
Grupo Cetelem	(2.873.425)	316.402	(3.242.361)	(458.225)	(2.873.425)	316.402	(3.242.361)	(458.225)
Carteira de câmbio								
BNP Paribas - Paris	(31.488)	(63.132)	(159.554)	(742.771)	(31.488)	(63.132)	(159.554)	(742.771)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	(25.102)	(52.950)	(86.729)	(725.048)	(25.102)	(52.950)	(86.729)	(725.048)
Grupo Arval	-	(51)	-	13	-	(51)	-	13
Grupo BNP Paribas	-	(56)	-	162	-	(56)	-	162
Grupo CARDIF	(6.386)	(13.153)	(72.825)	(18.312)	(6.386)	(13.153)	(72.825)	(18.312)
Grupo Cetelem	-	3.079	-	271	-	3.079	-	271
Cotas de fundos de investimentos								
Grupo BNP Paribas	5.143.590	1.206.931	4.167.625	1.679.501	5.143.590	1.206.931	4.167.625	1.679.501
Depósitos a prazo								
Cetelem América Ltda.	(35.621)	430	-	(3.429)	(35.621)	430	-	(3.429)
Grupo Arval	(8.910)	(4.258)	(2.801)	(3.409)	(8.910)	(4.258)	(2.801)	(3.409)
Grupo BNP Paribas	(646)	(35)	(671)	(20)	(646)	(35)	(671)	(20)
Grupo Cetelem	(23.470)	4.183	-	-	(23.470)	4.183	-	-
Depósitos a vista								
BNP Paribas - Paris	(60.103)	-	(128.636)	-	(60.103)	-	(128.636)	-
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	(66)	-	(90)	-	(66)	-	(90)	-

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Apresentamos abaixo a composição de Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	Em quantidade de dias				
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total
Letras Financeiras	97.176	537.681	86.857	74.574	796.288
Letras de Créditos de Agronegócio	-	-	-	-	-
Certificado de Operações Estruturadas	2.895	118.308	152.487	236.051	509.741
Total	100.071	655.989	239.344	310.625	1.306.029
Curto prazo	995.404	2.086.688	310.625	2.917.717	6.000.435
Longo prazo	-	-	-	-	-

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

13.1 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

Descrição	31.12.2023				31.12.2022			
	Vencíveis até	Encargos	Total	Total	Vencíveis até	Encargos	Total	Total
Obrigações em Moedas estrangeiras	30.06.2025	2,97% a 5,98% a.a.	6.960.852	5.663.282	30.06.2025	2,97% a 5,98% a.a.	6.960.852	5.663.282
Obrigações por empréstimos no exterior	18.12.2025	8,20% a.a.	300.888	1.235.942	18.12.2025	8,20% a.a.	300.888	1.235.942
Operações de Repasses do País - FUNCAFÉ	24.09.2025	4,00% a 8,00% a.a.	103.854	129.997	24.09.2025	4,00% a 8,00% a.a.	103.854	129.997
Repasses no Exterior	15.10.2026	0,82% a 13,63% a.a.	2.937.968	3.069.261	15.10.2026	0,82% a 13,63% a.a.	2.937.968	3.069.261
Total	10.303.562	10.098.482	10.303.562	10.098.482	10.303.562	10.098.482	10.303.562	10.098.482



BNP PARIBAS

O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.
CNPJ: 01.522.368/0001-82

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial BNP Paribas, observa os princípios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.557/2017 e pelas suas atualizações publicada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida as regras e procedimentos para Gestão de Riscos e de Capital.

22.1 Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização em instrumento financeiro decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. Como contrapartes consideram-se o tomador de recursos, o garantidor e o emissor de título ou valor mobiliário adquirido. No Banco BNP Paribas, o risco de crédito é monitorado por duas áreas globais de gerenciamento de risco de crédito: RISK Corporate para clientes corporativos, e RISK Markets and Financial Institutions ("RISK MFI") para clientes institucionais. A área de RISK Corporate atua de acordo com as políticas e procedimentos globais de crédito do Grupo BNP Paribas, e tem presença em São Paulo, com uma equipe reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil, em relação com sua responsabilidade por avaliar a interpretação e a implantação das normativas locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites monitorados no Comitê de Riscos. RISK MFI segue os mesmos princípios da área de RISK Corporate.

22.2 Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como eventos externos. Inclui-se, também, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco BNP Paribas Brasil, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo banco. A área responsável pelo monitoramento do risco operacional globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ORM (Operational Risk Management). Tem presença em São Paulo com um time reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por avaliar a interpretação e a implantação de normas do Grupo e normativas locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. Da mesma forma como acontece com os demais riscos do BNP, essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócios.

As diretrizes gerais de controles internos são definidas pelo Comitê de Controles Internos, denominado ICC (Internal Controls Committee), que também monitora a efetiva implantação das políticas. Os principais riscos identificados pela área de RISK ORM e reportados em ICC, acompanhados nos fóruns de risco operacional por linhas de negócio e no fórum transversal de risco operacional (Primeira linha de defesa), também são monitorados no Comitê de Riscos do Conglomerado Prudencial, através de métricas e limites definidos na Declaração de Appetite por Riscos, RAS (Risk Appetite Statement).

22.3 Risco de Mercado

O risco de mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo. As atividades de negociação (trading) do Conglomerado são baseadas em uma abordagem voltada a intermediação e a formação de mercado para o cliente, aproveitando-se da presença global nas atividades com clientes Corporate e Institucionais, em conformidade com todas as leis e regulamentações, incluindo normas francesas (French Banking Law) e norte-americanas (Volcker Rule). O Conglomerado procura manter um nível de risco de mercado adequado com o modelo de negócios voltado ao cliente e restringe continuamente o nível de perda máxima por risco de mercado em um cenário de estresse. O Conglomerado tem também como objetivo a proteção contra incertezas na valorização de produtos complexos e de baixa liquidez, dado que esse tipo de risco é sensível em relação às mudanças na economia, tem limitada margem de manobra para mitigação e provavelmente um alto custo para sair da posição. Conseqüentemente, o Conglomerado procura garantir que os

portfólios formados por instrumentos complexos tenham um nível de investimento gerenciável e uma concentração limitada.

22.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento da liquidez do conglomerado é feito pelo Comitê de Ativos e Obrigações (Assets and Liabilities Committee) denominado ALCO. A área de negócios responsável por operacionalizar as decisões do ALCO é a ALM Treasury (ALMT) baseada em São Paulo com reporte hierárquico ao Head do Território. A área responsável pelo monitoramento do risco de liquidez globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ALMT. Tem presença em São Paulo com uma equipe reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativas locais relacionados a risco de liquidez e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de liquidez monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio.

22.5 Política de Teste de Estresse

De acordo com a resolução BACEN nº2/2020 art. 35 item I, apresentamos a seguir informações sobre ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

Natureza dos ativos e passivos envolvidos:

- carteira de negociação;
- derivativos na carteira bancária não sujeitos a fair value hedge;
- títulos públicos marcados a mercado na carteira bancária;
- exposição cambial líquida na carteira bancária (FXRBB);
- dívida subordinada em moeda estrangeira.

Cenários de estresse de valorização desses ativos:

São cenários validados como adversos e adequadamente severos de acordo com a governança de gerenciamento do risco de mercado do Banco, impactando de maneira simultânea os principais parâmetros de mercado sobre um período de 10 dias.

- Cenário de "Choque Positivo": redução do USD spot em 12% e da volatilidade implícita do câmbio em 60%; redução de juros em BRL na curva até 2 anos em 180bps e na curva de 2 anos até 20 anos em 150bps; redução paralela na curva de cupom em 150bps; redução paralela na curva de cupom de IPCA em 150bps; e redução do spread dos bônus do tesouro em 50bps.
- Cenário de "Choque Negativo": aumento do USD spot em 15% e da volatilidade implícita do câmbio em 300%; aumento de juros em BRL na curva até 2 anos em 300bps e na curva de 2 anos até 20 anos em 300bps; aumento paralelo na curva de cupom em 250bps; aumento paralelo na curva de cupom de IPCA em 250bps; e aumento do spread dos bônus do tesouro em 50bps.

Impactos dos cenários de estresse:

Cenário	Impacto sobre resultados antes de impostos (milhões de BRL)	Impactos diretos sobre Capital (milhões de BRL)
Choque Positivo	(62)	61
Choque Negativo	43	(223)

22.6 Outros Riscos Relevantes

Também são considerados Riscos Relevantes: risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária ("banking book"), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária; risco socioambiental, definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais; e risco de compliance. Os riscos considerados como relevantes são identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados.

23. GESTÃO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital abrange as instituições do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil e é efetuada através do Comitê de Monitoramento de Capital.

Comitê de Monitoramento de Capital

A principal função do Comitê de Monitoramento de Capital é auxiliar as Diretorias Estatutárias no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital de cada Entidade e do Conglomerado. O CMC é coordenado pela área de Finance do Banco BNP Paribas, entidade líder do Conglomerado.

As atribuições do Comitê de Capital abrangem os itens a seguir:

- Monitorar e controlar o capital mantido pelo Conglomerado.
- Avaliar a necessidade de capital face aos riscos incorridos pelo Conglomerado.
- Recomendar anualmente às Diretorias:
 - Plano de capital de acordo com os objetivos estratégicos do Conglomerado.
 - Plano de contingência de capital.
- Incorporar resultados do programa de teste de estresse nos planos de capital.
- Propor recomendações sobre a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital ao Comitê de Riscos.
- Validar anualmente a destinação de resultados a ser proposta ao *Group Finance - Gestion Financière* (matriz).
- Enviar para aprovação ou ao conhecimento da Diretoria Estatutária quaisquer fatos que os membros julgarem relevante bem como os requisitos regulatórios que necessariamente devem passar pela Diretoria Estatutária.

CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASEILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	31.12.2023	31.12.2022
Patrimônio de Referência - PR (*)		
Nível I	4.755.484	4.416.257
Capital Principal	3.716.536	3.854.052
Capital Complementar	1.038.948	562.205
Nível II	901.210	944.299
Total PR	5.656.694	5.360.556

Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco

De Crédito	22.570.349	26.018.165
De Mercado	6.609.078	3.608.894
Operacional	3.733.617	4.542.838
Ativos ponderados pelo risco	32.913.044	34.169.897

Patrimônio de Referência Mínimo Requerido

Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.023.651	2.626.963
Índice da Basileia (PR/RWA)	17,2%	15,7%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	11,3%	11,3%
Índice do Nível I (NI/RWA)	14,4%	12,9%

(*) Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial.

- O PR nível II - está composto por dívidas subordinadas de US\$100 milhões e US\$105 milhões, emitida em 22 de julho de 2020 e 14 de setembro de 2021, e aprovada pelo Bacen em 26 de janeiro de 2021 e 30 de novembro de 2021, respectivamente.
- O PR nível I - Capital Complementar está composto por dívidas perpétuas de US\$118 milhões e US\$96 milhões, emitidas em 09 de dezembro de 2021 e 06 de dezembro de 2022, e aprovadas pelo Bacen em 05 de julho de 2022, e 17 de fevereiro de 2023, respectivamente.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas.com).

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 1º de Fevereiro de 2024, o Banco BNP Paribas Brasil S.A. solicitou autorização para incorporação da Cetelem América Ltda. A proposta de incorporação faz parte do processo de reestruturação societária, e tem por objetivo dentre outros benefícios, racionalizar a estrutura societária, centralizar e simplificar a administração de suas entidades. O impacto desta incorporação não é material e sem relevância para o Capital do Banco BNP Paribas Brasil S.A..

Marcelo Marques Sellan - Contador - CRC 1SP213451/O-8

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL BNP PARIBAS - DEZEMBRO DE 2023

O Comitê de Auditoria do Banco BNP Paribas Brasil S.A. (Banco) apresenta o relatório de suas atividades desenvolvidas no segundo semestre de 2023.

O Comitê de Auditoria do Banco é composto por cinco membros, sendo três externos e independentes, um deles nomeado Presidente do Comitê.

O Comitê de Auditoria tomou conhecimento que o Banco Central do Brasil aprovou em 1 de agosto de 2023 a incorporação do Banco Cetelem S.A. pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A. com todos seus ativos e obrigações. Com a consequente extinção do Banco Cetelem S.A., a partir dessa data, o Comitê de Auditoria analisa as atividades considerando os efeitos da incorporação exclusivamente nas demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A..

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade do ambiente de controles internos e da Auditoria Interna e Externa da Entidade do Banco. As análises e conclusões do Comitê de Auditoria são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê.

Merece registro o fato de que as atividades do Comitê foram livremente conduzidas por seus membros sem qualquer obstáculo oferecido pela Direção do Banco ou por qualquer de seus prepostos. O mesmo ocorreu em relação às auditorias interna e externa, que atestaram ao Comitê terem executado seus trabalhos no período sem qualquer obstáculo, que receberam todas as informações em tempo e forma solicitadas, não tendo sido identificadas dificuldade ou restrição neste aspecto.

Com o objetivo de avaliar a efetividade dos processos de controles internos do Banco, o Comitê de Auditoria recebeu relatórios contendo avaliação sobre a qualidade dos controles executados pelas primeiras e segundas linhas de defesa, bem como o atendimento das recomendações formuladas pela Auditoria Interna, Auditores Externos e pelos órgãos de Supervisão. Baseado nessa avaliação, o Comitê de Auditoria concluiu que os processos de controles internos do Banco são compatíveis com o volume e complexidade de seus negócios.

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna e a Auditoria Externa, ocasião em que pôde constatar sua independência na execução de seus trabalhos. Com base nos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna que, entre outros, avalia a efetividade dos sistemas e processos de governança, cumprimento da legislação, gerenciamento de risco, e controles internos e responsabilidades das gerências, o Comitê concluiu também que a Auditoria Interna continua a demonstrar eficiência no atendimento de seus objetivos. O Comitê de Auditoria revisou e aprovou ajustes ao Plano da Auditoria Interna Anual relacionados aos negócios incorporados do Banco Cetelem S.A.; como também aprovou o Plano da Auditoria Interna Anual para 2024.

O Diretor responsável pela estrutura de gerenciamento de riscos esclareceu ao Comitê de Auditoria que os riscos que poderiam impactar de modo relevante as demonstrações financeiras do Banco foram considerados no exercício de Teste de Estresse em 31 de dezembro de 2023, resultando em um ratio de Basileia acima do mínimo regulatório.

O Comitê de Auditoria através de discussões com o Contador responsável e membros do departamento de Contabilidade do Banco, bem como com o auditor externo responsável pelas demonstrações financeiras do Banco (PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.) recebeu todas as explicações esperadas acerca das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Ademais, o Auditor Externo apresentou ao Comitê de Auditoria as demonstrações financeiras elaboradas no formato IFRS (International Financial Reporting Standards) emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board). Com base nisso, o Comitê de Auditoria, em conjunto com o Auditor Externo, concluiu que as referidas demonstrações financeiras apresentavam uma visão verdadeira e justa das atividades do Banco durante o ano de 2023, consistentes com o ano de 2022 razões pelas quais recomenda à Diretoria Executiva do Banco a aprovação das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023, as quais serão objeto de publicação e divulgação no prazo legal.

São Paulo, 19 de março de 2024.

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício

findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a

evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Mensuração da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)</p> <p>Conforme divulgado nas Notas 3(f) e 6.2, a determinação do valor da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é um processo que requer julgamento e utilização de critérios na determinação do risco de crédito por parte da administração e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e alterações posteriores do BACEN.</p> <p>A classificação de risco dos clientes é atribuída por meio da utilização de modelo interno de administração. Essa é uma área que continua a ser definida como foco de auditoria, pois o uso desse julgamento na apuração do valor da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.</p>	<p>Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes relacionados ao processo de concessão de crédito e operações renegociadas. Efetuamos, também, em base amostral, (i) testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa; (ii) análise da metodologia descrita em relação aos níveis de risco ao cliente; (iii) recálculo da provisão com base nessas atribuições de risco e no atraso das operações; e (iv) confronto dos saldos contábeis de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa com os relatórios analíticos. Realizamos também outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do CMN, bem como avaliamos os aspectos relacionados às divulgações e notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro contábil da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p>Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos</p> <p>Conforme divulgado nas Notas 3(e) e 5.2, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de precificação realizadas com base em modelos internos e que envolvem desenvolvimento e seleção de premissas pela administração para valorização de instrumentos e/ou utilização de dados observáveis. Continuamos a considerar essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e/ou premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.</p>	<p>Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento relacionado ao processo de mensuração de instrumentos financeiros derivativos. Confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos que apresentam os saldos por operação, bem como, com apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos, em base amostral, a reperformance independente dos cálculos de mensuração do valor justo de acordo com práticas de mercado e requerimentos das normas do BACEN em relação a metodologia e dados de mercado utilizados. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são razoáveis e estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em

conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Banco. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP24131/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 26/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/26/BNP1575101326032024.pdf>
Hash: 1711402802ff6bee8bb63f84424b50bf9e38a811abf